

Revista Econômica

Revista do Programa
de Pós-Graduação em
Economia da Universidade
Federal Fluminense

A “REVOLUÇÃO SOCIAL DE MARICÁ”: RENDA BÁSICA, MOEDA SOCIAL E PROMOÇÃO DE DESENVOLVIMENTO INCLUSIVO

THE “SOCIAL REVOLUTION OF MARICÁ”: BASIC INCOME, SOCIAL CURRENCY
AND PROMOTION OF INCLUSIVE DEVELOPMENT

Diego Moreira Maggi¹
Camila Stamm²

Submetido em: abril de 2024

Aceito em: outubro de 2024

RESUMO

Maricá é um município que vem passando intensas transformações na última década relacionadas ao crescimento demográfico, às rendas petrolíferas e ao conjunto de políticas sociais do governo municipal, como tarifa zero no transporte e um programa de renda básica transferida em Mumbuca, moeda social que só pode ser utilizada nos estabelecimentos locais. O objetivo deste artigo é analisar os impactos da combinação dessas políticas sociais na economia e na qualidade de vida do município a partir de dados estatísticos e indicadores. Os resultados apontam para um processo de intenso crescimento econômico acompanhado de inclusão social.

Palavras-chave: Maricá, renda básica, moeda social, políticas sociais, Mumbuca.

1 Doutorando e Mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Cientista Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Coordenador Geral de Informação do Instituto Municipal de Informação e Pesquisa Darcy Ribeiro (IDR), do município de Maricá. E-mail: moreiramaggi@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0741-5239>.

2 Mestra em Educação pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e Cientista Social pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Pesquisadora do Instituto Municipal de Informação e Pesquisa Darcy Ribeiro (IDR), do município de Maricá. E-mail: camila.stamm@edu.unirio.br. Orcid: <https://orcid.org/0009-0005-3513-1785>.

ABSTRACT

Maricá is a Brazilian municipality that has been undergoing intense transformations in the last decade related to demographic growth, oil revenues and the municipal government's set of social policies, such as free public transport and a program that guarantees a basic income transferred in Mumbuca, a social currency that only can be used in local commerce. The objective of this paper is to analyze the impacts of the combination of these social policies on the economy and quality of life in the municipality, based on statistical data and indicators. The results indicate a process of intense economic growth with social inclusion.

Keywords: Maricá, basic income, social currency, social policies, Mumbuca.

Classificação JEL: I380

INTRODUÇÃO

Maricá é um município litorâneo da Região Metropolitana do Rio de Janeiro que vem passando por intensas transformações nos últimos quinze anos. Sua paisagem urbana e as condições de vida de sua população vem sendo alteradas pelo intenso fluxo de novos moradores, pelas vultosas receitas de royalties decorrentes da produção *offshore* de petróleo e gás natural, e por políticas sociais inovadoras, tais como a Moeda Social Mumbuca, o Programa de Renda Básica de Cidadania (RBC) e a tarifa zero no transporte municipal. De cidade dormitório ou de veraneio de famílias cariocas à “cidade das utopias”³, sua imagem vem sendo crescentemente associada à inovação na gestão pública. Considerados o caráter e a dimensão dessas transformações, Maricá se apresenta como um importante caso a ser estudado por aqueles que buscam compreender os desafios e as oportunidades que municípios brasileiros encontram na promoção de desenvolvimento socioeconômico inclusivo.

O objetivo deste artigo é contribuir para essa compreensão ao analisar a evolução de indicadores socioeconômicos estratégicos de modo a identificar possíveis impactos das políticas públicas na economia e nas condições gerais de vida do município, inclusive durante a pandemia de Covid-19. O embasamento para este trabalho está em outras experiências

³ Alcunha que surge a partir da realização do Festival Internacional da Utopia, em 2016, e que continua a ser utilizada esporadicamente pelo atual prefeito Fabiano Horta, pelo ex-prefeito e novamente candidato Washington Quaquá e por candidatos ao legislativo municipal.

empíricas que demonstram, de maneira geral, que programas assistenciais de governo voltados às populações mais socialmente vulneráveis são geradores de maiores impactos distributivos (Marinho; Linhares; Campelo, 2011).

O método utilizado, portanto, é quantitativo, a partir do uso de dados estatísticos de fontes oficiais para o cálculo de indicadores tais como crescimento do mercado de trabalho formal, evolução da receita tributária, taxa de abandono escolar, taxa de mortalidade infantil, entre outros.

É importante ressaltar que o artigo não pretende realizar uma avaliação de impactos específicos de cada política pública, tendo em vista que não é possível isolar, pelos dados disponíveis e pelo método empregado, os efeitos de cada uma delas. Todavia, argumenta-se que os resultados encontrados apontam para um mesmo processo de melhoria das condições socioeconômicas gerais, em boa medida resultante do conjunto das políticas públicas implementadas pelo governo municipal.

O trabalho cujos resultados estão aqui apresentados foi realizado no âmbito do Instituto Municipal de Informação e Pesquisa Darcy Ribeiro (IDR), autarquia da administração pública maricaense criada em 2019 com a responsabilidade de produzir e disponibilizar dados, informações estatísticas, indicadores e estudos que auxiliem os processos de elaboração, implementação e avaliação de políticas públicas no município.

O texto a seguir está organizado de modo que, após algumas observações relativas ao método, serão apresentados o cenário de crescimento demográfico e de rendas petrolíferas de Maricá e as principais políticas sociais implementadas pelo governo municipal. Em seguida, serão apresentados os resultados do cálculo dos indicadores e, por fim, algumas conclusões.

METODOLOGIA

Como já foi mencionado, o método empregado neste trabalho é quantitativo e consiste na estatística descritiva de indicadores socioeconômicos calculados a partir de dados de diversas fontes oficiais. A série histórica analisada varia conforme o indicador, pois depende da

disponibilidade dos dados, mas ao todo abrange o período entre 2000 e 2022. Os indicadores também foram analisados em perspectiva comparada de Maricá com o estado do Rio de Janeiro.

Os dados sobre população são provenientes dos Censos Demográficos e das estimativas populacionais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), exceção feita aos dados sobre municípios de origem da população migrante, que foram coletados pela pesquisa Censo da Cidadania do IDR.

Os dados sobre receitas orçamentárias municipais brutas realizadas são do Tesouro Nacional e estão em valores correntes.

Para a análise do mercado de trabalho formal, recorreu-se à base da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e Emprego, que fornece uma fotografia anual a partir dos vínculos de emprego formal ativos em 31 de dezembro de cada ano.

A respeito dos indicadores educacionais, optou-se por selecionar apenas os dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) relativos à rede pública de ensino, por se considerar que, em decorrência da desigualdade socioeconômica e da concentração de renda que permite a existência de escolas privadas de alto padrão na capital fluminense, não faria sentido comparar os resultados gerais de Maricá com o conjunto do estado. Ademais, o foco da análise realizada neste artigo é a população mais pobre, que mais recorre ao sistema público de ensino.

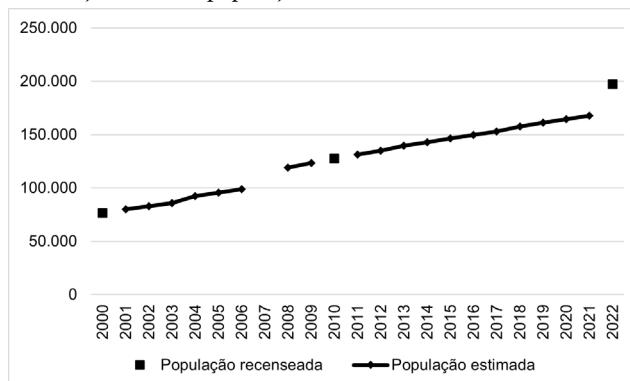
Por fim, a taxa de mortalidade infantil foi calculada a partir dos dados do Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS) do Ministério da Saúde relativos ao número de óbitos e de nascidos vivos no acumulado de cada ano por local de residência da mãe.

CONTEXTO: CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO E RECEITAS DE ROYALTIES

Um dos fatos mais importantes para se compreender as transformações pelas quais passa o município de Maricá é o impressionante crescimento de sua população residente: conforme dados dos Censos Demográficos, a

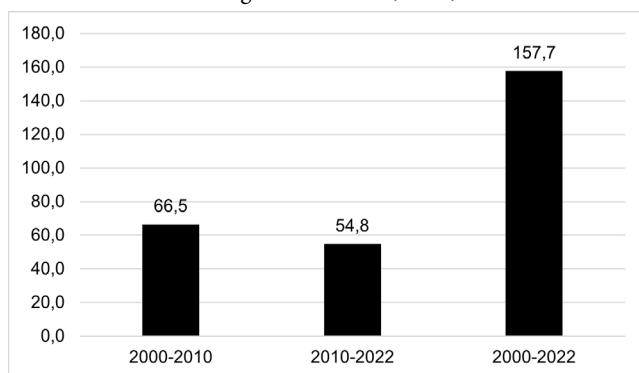
população de Maricá saltou de 76.556 habitantes, em 2000, para 197.277 habitantes, em 2022. Trata-se de um crescimento populacional de 157,7% no período, conforme se observa nos gráficos abaixo.

Gráfico 1 - Evolução anual da população recenseada e estimada. Maricá, 2000 a 2022.



Fonte: Censo Demográfico e Estimativas de População, IBGE.
Elaboração própria dos autores.

Gráfico 2 - Variação relativa (em %) da população por período entre censos demográficos. Maricá, 2000, 2010 e 2022.

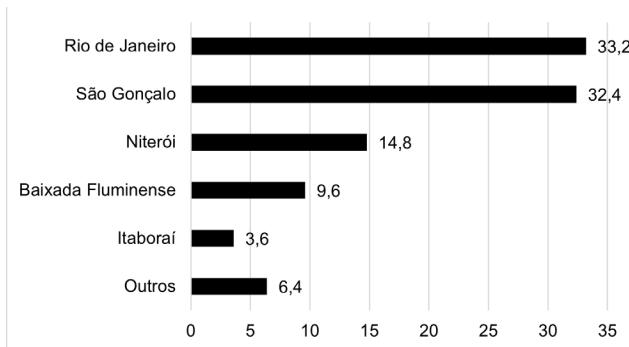


Fonte: Censo Demográfico, IBGE.
Elaboração própria dos autores.

Tal crescimento demográfico deu-se por conta do intenso fluxo

migratório em direção a Maricá, principalmente de pessoas provenientes de outros municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Conforme dados do Censo da Cidadania do IDR, 29,8% da população maricaense de 2022 tinha até 10 anos de residência no município. A pesquisa também revelou, conforme gráfico abaixo, que a maioria desses recém-chegados residia anteriormente na capital Rio de Janeiro ou em São Gonçalo, municípios de origem de, respectivamente, 33,2% e 32,4% dessa população migrante.

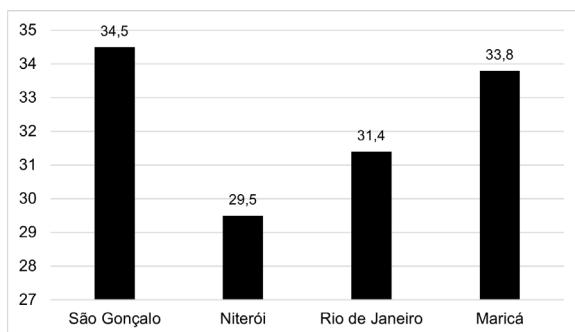
Gráfico 3 - Distribuição percentual da população com até 10 anos de residência por município ou região fluminense de origem. Maricá, 2022.



Fonte: Censo da Cidadania, IDR.
Elaboração própria dos autores.

Os dados estatísticos apontam ainda que parcela significativa dessa população se encontra em situação de vulnerabilidade socioeconômica: segundo dados do Censo Demográfico, 33,8% da população maricaense de 2010 vivia com rendimento nominal mensal de até 1/2 salário mínimo, sendo um importante indicador para considerar essas pessoas em situação abaixo da linha da pobreza. Esse dado põe Maricá no mesmo patamar de alguns dos municípios mais flagelados pela desigualdade social no estado, como São Gonçalo.

Gráfico 4 - Percentual da população residente com rendimento mensal per capita de até meio salário mínimo. Municípios selecionados, 2010.



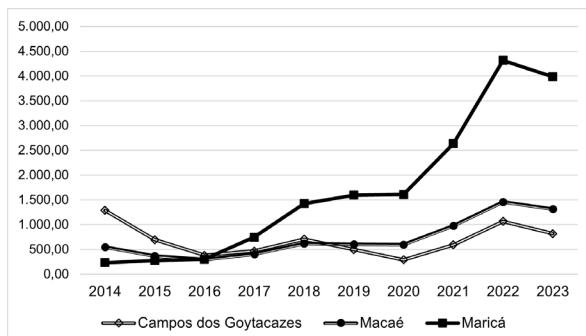
Fonte: Censo Demográfico, IBGE.

Elaboração própria dos autores.

Além do crescimento demográfico – que ocorre em um contexto de desigualdade social – outro fator fundamental nas transformações de Maricá foi a descoberta de petróleo e gás natural na camada do pré-sal da Bacia de Santos, na costa do leste metropolitano fluminense. Por estar na zona de confrontação com campos de produção de petróleo e gás natural localizados no mar, o município recebe royalties a título de compensação financeira pela atividade, tendo se tornado o maior beneficiário dessas receitas no país.

Conforme se observa no gráfico 5, os valores transferidos para Maricá ultrapassaram, em 2017, aqueles de municípios historicamente beneficiados por essas rendas petrolíferas, como Campos dos Goytacazes e Macaé, localizados na zona de confrontação com poços mais antigos da Bacia de Campos, no norte fluminense. Impressiona como esses valores saltaram de pouco mais de 200 milhões de reais, em 2014, para mais de 4 bilhões de reais, em 2022, tornando-se, de longe, a principal fonte de receita do município.

Gráfico 5 - Evolução de transferências anuais de receitas de royalties provenientes da exploração de petróleo e gás (em milhões de R\$). Municípios selecionados, 2014 a 2023.



Fonte: Finbra/Siconfi, Tesouro Nacional.

Elaboração própria dos autores.

É importante lembrar que, apesar da abundância desses recursos, as receitas provenientes de royalties não podem ser aplicadas em qualquer tipo de despesa pública. Conforme art. 8º da Lei Federal nº 7.990/1989, fica vedada “a aplicação dos recursos em pagamento de dívida e no quadro permanente de pessoal”. Isto é, as rendas petrolíferas não podem custear a folha de pagamento de servidores concursados, pois o pagamento de despesas perenes não pode ficar sujeito a receitas finitas e variáveis. Essa limitação impõe um desafio para uma administração municipal que está lidando com o aumento da demanda por serviços públicos em decorrência do fluxo migratório.

Um dos maiores desafios da gestão pública maricaense, portanto, é promover o desenvolvimento econômico diversificado e perene, que torne o município autossuficiente em arrecadação, de modo a ampliar seu quadro de servidores e continuar mantendo suas políticas sociais. Ou seja, para se ver independente das receitas petrolíferas finitas, o município necessita ampliar sua estrutura econômica e elevar seu patamar de arrecadação de tributos de competência municipal, tais como o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), o Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) e o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS).

A “REVOLUÇÃO SOCIAL DE MARICÁ”: POLÍTICAS SOCIAIS EM ÂMBITO MUNICIPAL

O reconhecimento entre pesquisadores e jornalistas das políticas sociais implementadas no município de Maricá tem sido crescente, de forma a serem consideradas inovadoras por suas características e dimensões. A “revolução social de Maricá” – expressão utilizada pelo próprio governo municipal em suas mídias – se dá por um conjunto de programas sociais implementados através um arranjo institucional em torno de uma moeda local, além do transporte público gratuito. Tais programas são elaborados com a finalidade de estruturar uma rede de proteção à população mais pobre, destacando-se programas de transferência de renda, incluindo uma renda básica para parcela expressiva da população.

Um marco na consolidação desse arranjo institucional é a criação do Programa Municipal de Economia Solidária, Combate à Pobreza e Desenvolvimento Econômico e Social de Maricá, com o propósito de “combater as desigualdades sociais, fomentar o desenvolvimento econômico e social das comunidades e estabelecer meios de atingimento a erradicação da pobreza e a geração de emprego e renda para as camadas mais carentes do município” (Lei nº 2.448/2013). Como parte do programa, a lei complementar também cria o Banco Comunitário Popular de Maricá – ou simplesmente Banco Mumbuca – e o Programa Bolsa Mumbuca.

A Mumbuca pode ser compreendida como uma “moeda complementar que articula propósitos sociais, econômicos e comunitários” (Rodrigues; Neumann, 2021, p. 28). Emitida pelo Banco Mumbuca, a moeda só pode ser utilizada em um dos mais de 5.700 empreendimentos econômicos do município de Maricá credenciados.

Já a RBC, em seu formato atual, é resultado da expansão do Bolsa Mumbuca, regulamentado pelo Decreto Municipal nº 213/2013. O programa consiste na transferência mensal de renda em mumbucas para indivíduos beneficiários. As regras para receber o benefício consistem em residir no município por no mínimo três anos, ter registro no Cadastro Único (CadÚnico) do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e ter renda familiar de até três salários mínimos mensais.

Segundo a Prefeitura (Maricá, 2023b), atualmente o programa RBC injeta cerca de 242 milhões de reais por ano na economia de Maricá, beneficiando cerca de 92 mil pessoas com a transferência de renda. Esse recurso pode ser utilizado livremente pelos beneficiários, sendo gasto em mercados, farmácias, lojas de construção, lojas de roupas, entre outros tipos de estabelecimentos cadastrados.

Até 2019, o benefício era de 130 mumbucas mensais, havendo um abono natalino do mesmo valor. Com o cenário de instabilidade ocasionado pela pandemia e com a tendência do aumento de vulnerabilidade para as classes mais fragilizadas economicamente, o valor do benefício foi elevado para 300 mumbucas em março de 2020, enquanto medida emergencial. Em 2023, o valor foi reajustado para 230 mumbucas por pessoa, de acordo com a Lei Municipal nº 3.153/2022 (Maricá, 2023c).

Também durante a pandemia, foi criado o Programa de Amparo ao Trabalhador (PAT), pela Lei Municipal nº 2.920/2020. O PAT foi um programa temporário de mitigação dos efeitos provocados pelas medidas de restrição relacionadas à pandemia de Covid-19, com início em abril de 2020 e com encerramento estipulado para dezembro de 2022. Teve como objetivo assegurar a renda de profissionais liberais, autônomos e informais que perderam oportunidades de trabalho no período pandêmico consistindo em transferências mensais de um salário mínimo para 23,5 mil pessoas (Maricá, 2021), havendo um limite de uma pessoa por núcleo familiar, injetando quase R\$ 280 milhões na economia da cidade (Maricá, 2024).

A renda transferida pelo PAT pôde ser acumulada com outros benefícios como RBC, Bolsa Família e Auxílio Emergencial, à exceção de seguro desemprego ou rendas advindas de outra profissão, como no caso de funcionários públicos. Para participar do programa, os profissionais deveriam comprovar exercício de atividade no município por meio de autorização de exercício de atividade remunerada, cadastro de microempreendedor individual, entre outras formas de comprovação.

Também criado emergencialmente durante a pandemia, o Programa de Amparo ao Emprego (PAE) teve por finalidade subsidiar o salário mínimo de funcionários de micro e pequenas empresas que tiveram suas atividades prejudicadas por conta do isolamento social. O programa funcionava de

forma que empregadores recebiam o equivalente a um salário mínimo em mumbucas para reverter na folha de pagamento de seus funcionários. O empreendedor comprometia-se em manter a empresa aberta e não poderia fazer demissão no prazo de até três meses até o término do programa. Ao todo foram 335 empresas que receberam o benefício protegendo mais de 1.300 empregos (Maricá, 2021).

É importante salientar que a administração maricaense possui ainda diversas outras políticas sociais em torno da Mumbuca para além da RBC, como o auxílio alimentação pago na moeda local aos servidores públicos, e o programa Mumbuca Futuro, que garante aos alunos da rede pública “uma ajuda de 50 mumbucas para a compra de livros e demais materiais de apoio, além de um valor anual de 1.200 mumbucas, que será retirado somente após a conclusão do segmento cursado (Ensino Médio ou Ensino Fundamental II)” (Maricá, 2023a).

O outro programa foi a substituição do PAT pelo Programa de Atenção ao Trabalhador (PPT) a partir da Lei Municipal nº 3.111/2022, de forma a realizar uma transição de uma política emergencial, surgida na pandemia, para um programa de formalização efetiva de trabalhadores informais e de proteção econômica de trabalhadores autônomos. O PPT é composto por dois tipos de benefícios: o Benefício de Estímulo à Produção (BEP), destinado aos microempreendedores individuais (MEI), e o Cota 10 voltado aos trabalhadores autônomos cooperados.

O principal objetivo é garantir meio salário mínimo mensal em mumbucas aos beneficiários com o BEP, e também a disponibilidade de uma reserva de dinheiro de forma segura como Cota 10. Este último acrescenta 10% a mais de mumbucas, com o teto no valor de até 3 salários mínimos, a partir do valor declarado de faturamento do exercício de sua atividade, em uma outra conta vinculada para essa finalidade. Por ser um programa recente, os indicadores ainda não demonstram de forma sólida seu verdadeiro impacto no município.

Por fim, no escopo de políticas públicas inovadoras da “revolução social de Maricá”, também se destaca a tarifa zero do transporte municipal. A história da tarifa zero em Maricá se inicia com a criação da Empresa Pública de Transporte (EPT) pela Lei Complementar Municipal nº 244/2014, com a competência de prestar o serviço público de transporte

de passageiros no município. Em dezembro daquele ano, são iniciadas as operações de seus ônibus gratuitos, popularmente conhecidos como “vermelinhos”, por conta de sua pintura.

Desde então, o tamanho da frota e a cobertura das linhas foram sendo gradativamente aumentadas para todos os quatro distritos municipais. Em 2017, após um processo de expansão, a autarquia contava com 38 veículos e 9 linhas de ônibus e transportou quase 2 milhões de passageiros no acumulado do ano. Em 2022, já eram 132 veículos, 39 linhas de ônibus e mais de 36 milhões de passageiros no ano, conforme dados fornecidos pela EPT ao IDR em 2023 (IDR, 2023).

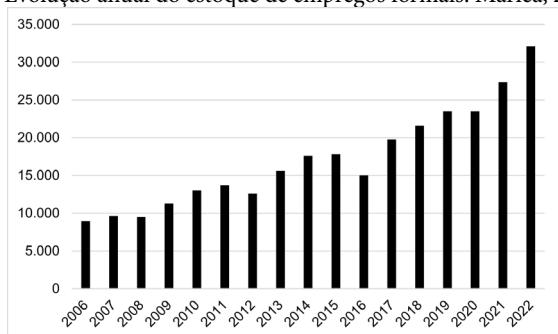
No âmbito do transporte individual, a EPT também conta com frotas de bicicletas, as “vermelhinhas”, a serem utilizadas em sistema de compartilhamento gratuito e como modal de integração com outros meios de transporte. No estado do Rio de Janeiro, Maricá é a primeira cidade a oferecer o serviço de bicicletas compartilhadas de modo gratuito, sendo utilizadas para 119.035 viagens até julho de 2023 (IDR, 2023).

RESULTADOS

A análise a seguir será iniciada pelos indicadores econômicos, com destaque para os dados sobre mercado de trabalho formal. Em seguida, serão apresentados indicadores sociais, iniciando pelos de qualidade e desempenho da educação pública seguidos pela taxa de mortalidade infantil.

Segundo os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), apresentados no gráfico 6, o mercado de trabalho formal de Maricá vem crescendo quase que continuamente desde 2006. O salto foi de pouco menos de 9 mil vínculos de emprego formal para mais de 32 mil, em 2022. Trata-se de um crescimento relativo de 257,7% na série histórica analisada. Em outras palavras, mais de 23 mil novos empregos formais foram criados em um período de 16 anos.

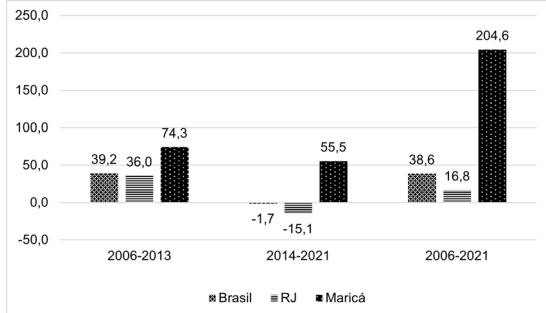
Gráfico 6 - Evolução anual do estoque de empregos formais. Maricá, 2006 a 2022.



Fonte: RAIS, Ministério do Trabalho e Emprego.
Elaboração própria dos autores.

Salienta-se que tal crescimento do mercado de trabalho formal perdurou até mesmo na contramão da crise econômica que se abateu sobre o país a partir de 2015. O gráfico 7 demonstra como, entre 2014 e 2021, o estoque de empregos formais de Maricá cresceu 55,5%, enquanto que o estado do Rio de Janeiro perdeu 15,1%, e o país perdeu 1,7%. Ou seja, a economia municipal apresentou grande resiliência em uma conjuntura regional e nacional adversa.

Gráfico 7 - Variação relativa (em %) do estoque de empregos formais por período de tempo e por região geográfica. Brasil, RJ e Maricá, 2006 a 2021.



Fonte: RAIS, Ministério do Trabalho e Emprego.
Elaboração própria dos autores.

Ainda conforme dados da RAIS, apresentados na tabela 1, o maior crescimento em números absolutos ocorreu no setor de Serviços, responsável por gerar mais de 9 mil novos empregos formais entre 2006 e 2022. Trata-se de um crescimento relativo de 368,5% no período, fazendo com que se tornasse o maior setor de atividade econômica em Maricá com 11.662 empregos formais no último ano analisado. Em seguida está a Administração Pública, responsável 8.198 empregos formais em 2022, quase 6 mil a mais que no ano de 2006, sendo um crescimento relativo de 235,8%. Por outro lado, o setor público perdeu participação, passando a responder por 25,5% do total do mercado de trabalho formal.

O Comércio também se destaca, gerando mais de 4 mil novos empregos formais e obtendo crescimento de 156,0%, chegando a um total de 7.312 vínculos em 2022. Juntos, Comércio e Serviços são os setores de atividade econômica responsáveis por quase 60% de todos os empregos formais de Maricá.

Tabela 1 - Estoque de empregos formais por setor de atividade econômica e taxa de variação relativa (em %) no período. Maricá, 2006 e 2022.

Ano	2006		2022		Taxa de variação relativa (%)
	nº	%	nº	%	
1 - Extrativa mineral	17	0,2	99	0,3	482,4
2 - Indústria de transformação	924	10,3	1.366	4,3	47,8
3 - Serviços industriais de utilidade pública	0	0,0	2	0,0	-
4 - Construção Civil	125	1,4	3.352	10,4	2581,6
5 - Comércio	2.856	31,8	7.312	22,8	156,0
6 - Serviços	2.489	27,7	11.662	36,3	368,5
7 - Administração Pública	2.441	27,2	8.198	25,5	235,8
8 - Agropecuária, extr. vegetal, caça e pesca	128	1,4	114	0,4	-10,9
Não identificado	0	0,0	19	0,1	-
Total	8.980	100,0	32.124	100,0	257,7

Fonte: RAIS, Ministério do Trabalho e Emprego.

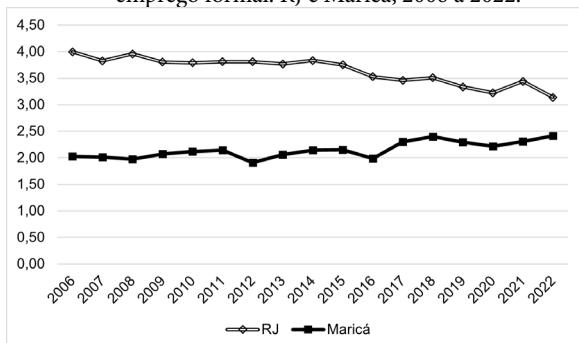
Elaboração própria dos autores.

Contudo, o maior destaque em termos de variação relativa é para a Construção Civil, que saltou de apenas 125 empregos formais, em 2006, para 3.352, em 2022, obtendo um crescimento de 2.581,6% e reunindo 10,4% do total de empregos desse último ano. Esse resultado tem intrínseca relação com os investimentos públicos na infraestrutura urbana e com o dinamismo do mercado imobiliário decorrente do crescimento demográfico.

Enquanto isso, o mercado de trabalho da Indústria de transformação não evoluiu como nos demais setores: foram apenas 47,8% no período analisado, gerando 442 novos empregos formais. Ademais, apesar da produção de petróleo e gás natural na costa marítima, a Extração mineral permanece praticamente inexpressiva em geração de emprego no município. Já o setor de Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca foi o único com decrescimento, de 10,9%, decorrente da perda de 14 empregos formais entre 2006 e 2022.

Em relação à remuneração média desses empregos formais, percebe-se no gráfico 8 que Maricá segue uma tendência ascendente, na direção oposta do estado do Rio de Janeiro. Em 2006, os empregos formais pagavam, em média, 2,03 salários mínimos, em Maricá, e 4,00 salários mínimos no estado do Rio de Janeiro. Em 2022, o patamar da remuneração média em Maricá já era de 2,4, enquanto que, no estado, tinha caído para 3,14.

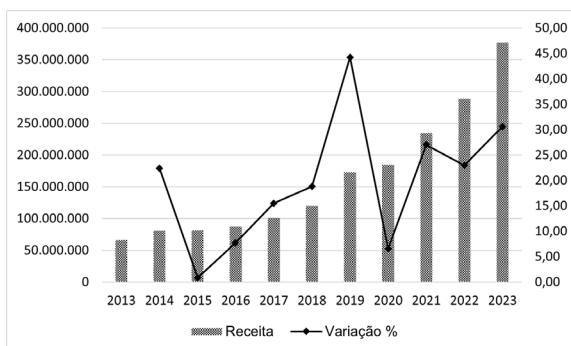
Gráfico 8 - Evolução anual da remuneração média em salários mínimos dos vínculos de emprego formal. RJ e Maricá, 2006 a 2022.



Fonte: RAIS, Ministério do Trabalho e Emprego.
Elaboração própria dos autores.

Na análise das finanças públicas, percebe-se que a administração municipal se beneficia do dinamismo econômico local e percorre um caminho na direção da autossuficiência arrecadatória: a receita tributária própria do município, isto é, a receita proveniente de impostos, taxas e contribuições de competência municipal segue a tendência de crescimento continuado, saltando de menos de 66 milhões de reais, em 2013, para mais de 377 milhões de reais, em 2023, conforme se observa no gráfico 9. Trata-se de um crescimento de 472,7% no período de dez anos, em valores nominais.

Gráfico 9 - Evolução anual da receita tributária municipal bruta realizada (em R\$, valores nominais) e variação relativa (em %). Maricá, 2013 a 2023.

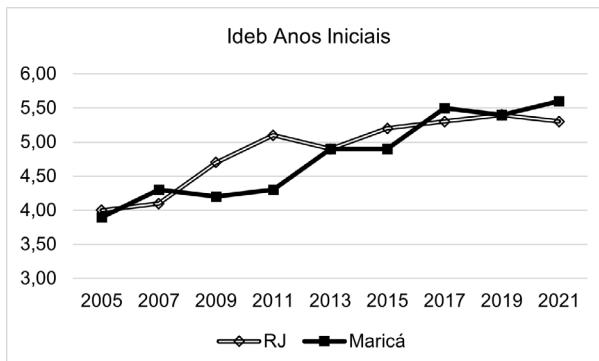


Fonte: Siconfi, Tesouro Nacional.
Elaboração própria dos autores.

No que tange aos indicadores das condições sociais, iniciando pelo desempenho escolar, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) das escolas da rede pública vem aumentando desde 2005, inclusive acima do patamar do conjunto do estado do Rio de Janeiro, como pode ser visto nos gráficos 10 e 11. Para os anos iniciais do ensino fundamental, isto é, alunos de 1º ao 5º ano das escolas públicas, o índice saltou de 3,9 para 5,6 entre 2005 e 2021. No mesmo período, o índice foi de 4,0 para 5,3 no conjunto do estado do Rio de Janeiro.

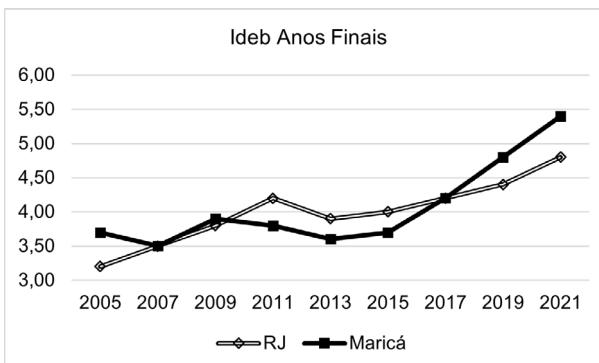
Da mesma maneira, o Ideb saiu de 3,7 e alcançou 5,4 para os anos finais, isto é, alunos de 6º ao 9º ano da rede pública do ensino fundamental entre 2005 e 2021. Nessa faixa escolar, o conjunto do estado do Rio de Janeiro foi de 3,2 para 4,8 no período de tempo.

Gráfico 10 - Evolução do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) dos anos iniciais do ensino fundamental da rede pública. RJ e Maricá, 2005 a 2021.



Fonte: Indicadores Educacionais, INEP.
Elaboração própria dos autores.

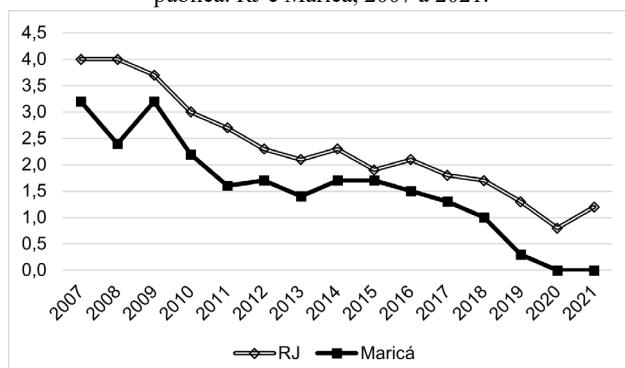
Gráfico 11 - Evolução do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) dos anos finais do ensino fundamental da rede pública. RJ e Maricá, 2005 a 2021.



Fonte: Indicadores Educacionais, INEP.
Elaboração própria dos autores.

A taxa de abandono escolar do ensino fundamental da rede pública apresenta resultados bem positivos em Maricá, caindo de 3,2% para zero entre 2007 e 2021. No conjunto do estado do Rio de Janeiro, a taxa também apresentava queda, com exceção do ano de 2021, em que 1,2% dos alunos evadiram, representando um crescimento em comparação com o resultado de 2020, de 0,8%. Tal crescimento pode ser consequência da pandemia de Covid-19, que afetou dramaticamente o ensino, principalmente das escolas públicas. Em Maricá, observa-se que, desde o ano de 2019, antes da emergência sanitária, a taxa já tinha atingido 0,3%.

Gráfico 12 - Evolução da taxa de abandono escolar do ensino fundamental da rede pública. RJ e Maricá, 2007 a 2021.



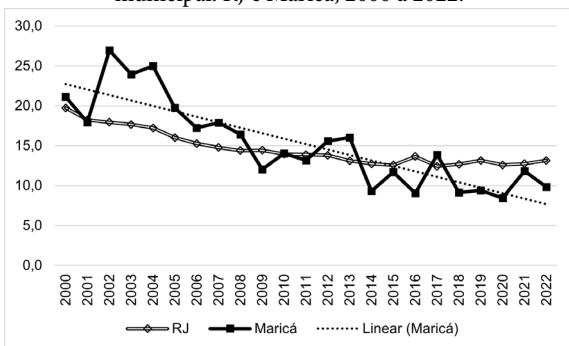
Fonte: Indicadores Educacionais, INEP.

Elaboração própria dos autores.

Por fim, o gráfico 13 apresenta a evolução da taxa de mortalidade infantil, onde se percebe uma tendência linear de queda em Maricá entre 2000 e 2022, apesar de haver uma flutuação ao longo do tempo. Em 2002 o indicador chegou a 26,9 óbitos por mil nascidos vivos, e em 2020 atingiu seu nível mais baixo com 8,4. No conjunto do estado do Rio de Janeiro, a taxa de mortalidade infantil também estava em movimentos de quedas consecutivas entre 2000 e 2015, e flutua em torno de 13 desde então. Chegou a 12,4, em 2017, mas voltou para 13,2 óbitos por mil nascidos vivos em 2022. Com exceção dos anos de 2012, 2013 e 2017, a taxa tem se mantido

menor em Maricá do que no conjunto fluminense desde 2009.

Gráfico 13 - Evolução anual da taxa de mortalidade infantil e tendência linear da taxa municipal. RJ e Maricá, 2000 a 2022.



Fonte: Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) e Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC), DATASUS, Ministério da Saúde.
Elaboração própria dos autores.

CONCLUSÕES

Como apresentado, o município de Maricá vem passando por transformações que dizem respeito não somente ao fluxo migratório em sua direção, mas também à melhoria das condições econômicas e sociais vivenciadas por sua crescente população, em termos de geração de emprego, aumento da remuneração, crescimento de receitas tributárias, melhoria do desempenho escolar de crianças e jovens matriculados na rede pública e evolução das condições gerais de saúde que resultaram na redução da mortalidade infantil.

A receita pública recebida a título de compensação financeira pela extração de petróleo e gás natural em sua costa – que ultrapassou 4 bilhões de reais em 2022, tornando Maricá o maior beneficiário de royalties do país – é uma oportunidade sem igual para proporcionar desenvolvimento urbano inclusivo e sustentável em um cenário de altas taxas de crescimento demográfico e de precariedades infraestruturais. Ao mesmo tempo, impõe à administração municipal o desafio de promover diversificação econômica que lhe dê autonomia orçamentária em relação às receitas petrolíferas

finitas.

Em outras palavras, os gestores públicos necessitam utilizar as rendas petrolíferas para promover atividades econômicas e construir uma base de arrecadação que garanta a perenidade das políticas sociais em andamento, independente da produção de petróleo e gás natural, que cessará em algumas décadas. Essas medidas precisam ser executadas no contexto em que Maricá apresenta um intenso crescimento populacional há mais de uma década, sem sinais de estabilização, em decorrência de um fluxo migratório composto consideravelmente por pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

A situação se apresenta ainda mais complexa ao ser considerado que apenas 35% dos domicílios permanentes ocupados no território maricaense tinham esgotamento sanitário ligado à rede geral, mesma proporção daqueles que tinham a rede geral como principal forma de abastecimento de água, segundo dados do Censo Demográfico.

Entretanto, pontua-se que as rendas petrolíferas passaram por um crescimento vertiginoso somente a partir de 2017, momento em que já existiam essas políticas sociais inovadoras da gestão maricaense, como a moeda Mumbuca, o programa RBC e a tarifa zero no transporte municipal. Se é verdade que os royalties possibilitaram a expansão dessas políticas sociais, também é verdade que a escolha por utilizar esses recursos de tal maneira foi fundamental na promoção de um desenvolvimento socioeconômico capaz de incluir as famílias mais pobres que optaram residir em Maricá na busca por melhores condições de vida. É para essa direção que os dados estatísticos apontam quando se verificam os indicadores de Maricá em perspectiva comparada com o conjunto do estado do Rio de Janeiro.

Os resultados dos indicadores para o mercado de trabalho formal chamam atenção. Em 2006, o município reunia 8.980 empregos formais em seu território. Em 2022, esse número saltou para 32.124, obtendo um crescimento de 257,7%. Os setores de comércio e serviços foram responsáveis por 58,9% dos novos empregos gerados no período. Mesmo durante uma conjuntura econômica que destruiu 15,1% dos empregos formais do estado do Rio de Janeiro – e 1,7% no país – entre 2014 e 2021, Maricá viu seu estoque de empregos formais crescer 55,5%. A remuneração

média desses empregos formais de Maricá também segue uma trajetória crescente, na direção oposta àquela do conjunto do estado.

O cenário municipal difere de tal maneira de seu entorno que leva a crer que variáveis locais independentes estão proporcionando esse dinamismo do mercado de trabalho. Parece razoável inferir a hipótese de que as políticas sociais implementadas pela gestão municipal são algumas variáveis fundamentais nesse processo. A transferência de renda em moeda local, como no caso da RBC e do PAT associados à Mumbuca, asseguram o consumo de uma população crescente, mas marcada pela pobreza, proporcionando a demanda por serviços e comércio locais na medida em que a renda transferida pode ser utilizada somente em estabelecimentos do município.

Ademais, é de se considerar que a política de tarifa zero dos ônibus municipais libera um recurso que seria gasto no transporte para ser consumido na aquisição de outros bens e serviços. E, do ponto de vista do empregador, o recurso que seria pago na forma de vale transporte para seus trabalhadores passa a ser liberado para investimentos.

Os impactos positivos desses investimentos também podem ser averiguados durante os anos economicamente turbulentos da pandemia de Covid-19. Enquanto a tendência em outras regiões brasileiras era de instabilidade na manutenção da normalidade socioeconômica, Maricá passou pelo processo oposto. Nesse sentido, Waltenberg (2021) destaca que o município é um excelente estudo de caso, pois, para além da boa disponibilidade orçamentária, a vantagem determinante para a eficiência de suas políticas de amparo socioeconômico durante a pandemia foi a estrutura previamente implementada de transferência de renda via moeda Mumbuca.

Os programas emergenciais municipais durante a pandemia, tais como o PAT, somados àqueles estaduais e federais, elevaram o patamar de renda domiciliar da população e movimentou ainda mais a economia local. Enquanto isso, a Empresa Pública de Transportes assegurava a manutenção do transporte público municipal, diferentemente de municípios em que concessionárias privadas tiveram dificuldade de manter o serviço.

A arrecadação de tributos de competência municipal ao longo desses anos também se beneficiou do cenário de dinamismo econômico local,

obtendo um crescimento de 472,7% entre 2013 e 2023. Por um lado, a gestão municipal vem percorrendo um caminho na direção da diversificação e do crescimento de atividades econômicas que promovem independência perante as rendas petrolíferas, finitas por natureza. Por outro lado, o caminho é longo e nebuloso. Os dados revelam uma expressiva geração de empregos formais em atividades econômicas que atendem demandas de uma população crescente e consideravelmente pobre, além de demandas decorrentes dos investimentos do poder público, sendo pouco expressivas atividades que agregam mais valor nas cadeias produtivas e empregam profissionais mais qualificados e melhor remunerados, notadamente da indústria da transformação.

Os resultados dos indicadores sociais, que dizem respeito à qualidade da educação e à mortalidade infantil, também apresentam evolução e apontam para melhoria nas condições de vida da população. O Ideb segue em trajetória de crescimento tanto para os anos iniciais quanto para os anos finais da rede pública de ensino fundamental, acima dos patamares do conjunto do estado do Rio de Janeiro. A taxa de abandono escolar da rede pública municipal foi zerada a partir de 2020. A taxa de mortalidade infantil, importante indicador das condições gerais de saúde da população, oscilou entre 2000 e 2022, mas apresenta tendência de queda e atingiu 9,8 óbitos por mil nascidos vivos, ficando abaixo do resultado estadual. Em perspectiva comparada, esses indicadores apresentam trajetória de melhoria no conjunto do estado do Rio de Janeiro na série histórica analisada, mas apresentaram resultados ainda melhores em Maricá.

É razoável inferir que os avanços nos resultados educacionais de Maricá têm relação com a política de transferência de renda do município na medida em que garante o consumo de itens mais básicos de subsistência das famílias empobrecidas e viabiliza condições mais favoráveis ao desempenho das crianças nas escolas públicas. Por mais que os programas sociais apresentados não tenham condicionantes educacionais para o acesso aos benefícios, eles acabam por exercer impacto no desempenho escolar. Afinal, como afirma Casassus, a desigualdade de renda repercute em outras desigualdades e “tem um impacto notório no acesso e na permanência da educação” (2002, p.38).

Os resultados encontrados vão ao encontro da análise de Oliveira

e Araújo acerca das variáveis sociopolíticas estimuladas por um poder indutor de distribuição e alocação de recursos, capazes de interferir nos sistemas escolar, amenizar “os históricos padrões de iniquidade e de ineficiência e, ao mesmo tempo, estabelecer padrões de qualidade de ensino que sirvam de medida de igualdade para a efetivação do direito à educação” (2005, p.21).

O declínio da mortalidade infantil no geral está atrelado a múltiplas variáveis sociais, dentre elas, principalmente, renda e saneamento básico como observa Sousa *et al* (2016). Entretanto, fatores como expansão do acesso à educação e à saúde, redução da taxa de fecundidade e consumo de água potável são significantes no processo de redução dos óbitos infantis. Os autores também observam que “fatores socioeconômicos são determinantes para a redução da TMI [Taxa de Mortalidade Infantil]” (p.151) e investir em programas de transferência de renda impactam positivamente nesses resultados ao proporcionar uma melhor alimentação às mães e às crianças recém-nascidas.

Em resumo, os indicadores analisados permitem enxergar um cenário de dinamismo econômico, acompanhado pela melhoria de condições básicas de vida, que se não explica por fatores conjunturais nacionais ou estaduais. O crescimento demográfico do município tinha (e ainda tem) o potencial de sobrecarregar os serviços públicos, afetando as famílias mais pobres, mas os indicadores analisados vão na direção contrária. A implementação das políticas sociais da gestão municipal pode não ser condição suficiente, mas certamente são condição necessária para explicar os resultados observados.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Saúde, Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde. *Sistema de Informações sobre Mortalidade*. Disponível em: <https://datasus.saude.gov.br/nascidos-vivos-desde-1994>. Acesso em: 10 jul. 2024.

BRASIL, Ministério da Saúde, Departamento de Informação e Informática

do Sistema Único de Saúde. *Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos*. Disponível em: <https://datasus.saude.gov.br/nascidos-vivos-desde-1994>. Acesso em: 10 jul. 2024.

BRASIL, Ministério do Trabalho e Emprego. *Relação Anual de Informações Sociais*. Disponível em: <https://bi.mte.gov.br/bgcaged/>. Acesso em: 10 jul. 2024.

BRASIL, Ministério da Fazenda, Tesouro Nacional. *Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro*. Disponível em: https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/pages/public/consulta_finbra/finbra_list.jsf. Acesso em: 10 jul. 2024.

CASASSUS, Juan. *A Escola e a Desigualdade*. Brasília: Plano Editora, 2002.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico 2010*. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2010/inicial>. Acesso em: 10 jul. 2024.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico 2022*. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2022/inicial>. Acesso em: 10 jul. 2024.

IDR, Instituto Municipal de Informação e Pesquisa Darcy Ribeiro. *Maricá em números*. vol. 3. Maricá: Editoria Instituto Darcy Ribeiro, 2023.

INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Taxas de rendimento escolar*. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/taxas-de-rendimento-escolar>. Acesso em: 10 jul. 2024.

INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (*Ideb*). Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb>. Acesso em: 10 jul. 2024.

MARICÁ. *Programa de amparo ao emprego*. 2021. Disponível em: <https://www.marica.rj.gov.br/programa/programa-de-amparo-ao-emprego/>. Acesso em: 18 jan. 2024.

MARICÁ. *Prefeitura de Maricá inicia projeto Mumbuca Futuro em duas escolas do município*. 2023a. Disponível em: <https://www.marica.rj.gov.br/noticia/prefeitura-de-marica-inicia-projeto-mumbuca-futuro-em-duas-escolas-do-municipio/>. Acesso em: 05 abr. 2024.

MARICÁ. *Maricá inclui mais de 50 mil novos beneficiários no programa RBC*. 2023b. Disponível em: <https://www.marica.rj.gov.br/noticia/marica-inclui-mais-de-50-mil-novos-beneficiarios-no-programa-rbc/>. Acesso em: 18 jan. 2024.

MARICÁ. *Maricá vai aumentar o valor RBC para 230 mumbucas*. 2023c. Disponível em: <https://www.marica.rj.gov.br/noticia/marica-vai-aumentar-valor-do-rbc-para-230-mumbucas/>. Acesso em: 18 jan. 2024.

MARINHO, Emerson; LINHARES, Fabrício; CAMPELO, Guaracyane. Os programas de transferência de renda do governo impactam a pobreza no Brasil?. *Revista Brasileira de Economia*, v. 65, n. 3, p. 267-288, jul./set. 2011.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de; ARAÚJO, Gilda Cardoso de. Qualidade do ensino: uma nova dimensão da luta pelo direito à educação. *Revista Brasileira de Educação*, 28, 5-24, jan./abr. 2005.

RODRIGUES, Danilo Pitarello., NEUMANN, Denise Maria. Moeda Social e desenvolvimento local em Maricá (RJ). Dissertação (mestrado profissional MPGPP) – Fundação Getúlio Vargas, Escola de Administração de Empresas de São Paulo. São Paulo, p.138. 2021.

SOUZA, Janaílde Soares de; CAMPOS, Robério Telmo; SILVA, André Ferreira da; BEZERRA, Filomena Nádia Rodrigues; LIRA, Jaqueline Saraiva de. Estimação e análise dos fatores determinantes da redução

da taxa de mortalidade infantil no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos*, v. 10, n. 2, p. 140–155, 2016. Disponível em: <https://www.revistaaber.org.br/rberu/article/view/126>. Acesso em: 10 jul. 2024.

WALTENBERG, Fábio. Alcances e limites das ações de combate à pobreza da prefeitura de Maricá em resposta à crise da Covid-19. In: IDR, Instituto Municipal de Informação e Pesquisa Darcy Ribeiro. (Org.). *Estudos maricaenses: O município de Maricá em debate*. 1ª ed. Maricá: Editora Instituto Darcy Ribeiro, 2021, pp. 69-89.